

Agora, uma proposta "realista"

O governo brasileiro já considera sem efeito a proposta apresentada pelo ex-ministro Bresser Pereira. Mailson da Nóbrega levará outra, "realista e pragmática", pedindo empréstimo de US\$ 7 bilhões, com spread igual ao do México e a introdução de salvaguardas no acordo.

BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO

A proposta que o ex-ministro da Fazenda, Bresser Pereira, apresentou aos bancos no dia 25 de setembro não está mais valendo para o governo brasileiro, que já delineou os itens principais da nova proposta, a qual será exposta pelo ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, nos contatos que manterá, a partir de segunda-feira, em Washington e Nova York, com autoridades norte-americanas, o FMI, o Bird e o comitê de bancos.

Seguindo a orientação "realista e pragmática" da renegociação, a proposta brasileira, que operará como uma contraproposta aos bancos, face à proposta que eles formalizaram, será substancialmente mais flexível do que a de Bresser Pereira, e atende ao objetivo de obter, no mais rápido espaço possível, uma negociação com os bancos.

ITENS

Ao invés dos US\$ 11,5 bilhões requeridos por Bresser para refinarçar 60% dos juros dos anos 1987, 1988 e 1989, a pedida brasi-

leira deverá ser reduzida para algo em torno de US\$ 7 bilhões. Para justificar esse número, Mailson levará a mais recente versão das contas externas, prevendo superávits comerciais neste e no próximo ano acima de US\$ 10 bilhões.

Como nas necessidades de US\$ 7 bilhões já estão incluídos os US\$ 3 bilhões do empréstimo-ponte concedido pelos bancos o ano passado, para o pagamento dos juros vencidos de 20 de fevereiro a 31 de dezembro de 1987, o desembolso efetivo dos bancos, para o refinanciamento dos juros nos 12 meses de 1988 e nos seis primeiros meses de 1989, se limitará a US\$ 4 bilhões, correspondendo a menos da metade do que o País efetivamente pagará.

Tendo abdicado definitivamente da reivindicação do spread zero, o ministro da Fazenda reivindicará que a taxa de risco do pacote brasileiro seja pelo menos igual aos 0,8125% cobrados do México e não aos 0,8750% oferecidos pelos bancos. Ainda em relação ao spread, o governo brasileiro insistirá na inclusão da cláusula do *carve-out*, pelo qual o novo spread se estenderá a todo o esto-



que da dívida e não à parte objeto da negociação trianual.

Outro ponto não mencionado pela proposta dos bancos, mas que merecerá uma insistência da parte brasileira, diz respeito à introdução de salvaguardas, já incluídas no pacote mexicano. Significa que, ocorrendo choques de oferta, quedas bruscas no comércio internacional ou elevações abruptas nos preços do petróleo e nas taxas de juros, mecanismos compensatórios serão imediatamente acionados, preferencialmente através de um aumento do fluxo de recursos.

Outro ponto da proposta dos bancos que será objeto de uma contraproposta brasileira diz respeito ao prazo para a rolagem do principal da dívida, que o governo pretende seja superior a vinte anos. Essa, contudo, é uma questão secundária que não deverá consumir muita discussão entre credores e devedores, na opinião dos negociadores brasileiros.

REVISÃO

Os itens considerados radicais da proposta Bresser Pereira, como a securitização voluntária

(troca de dívida por ativos brasileiros de longo prazo e juros fixos) e a vinculação obrigatória da conversão, serão simplesmente excluídos da proposta brasileira, sendo que, em relação à conversão, o Conselho Monetário Nacional já decidiu tornar flexível as operações, tal como vinham reivindicando os credores.

Na opinião das autoridades da área econômica, uma vez definido o acordo com os bancos e o acerto com o Fundo Monetário Internacional, será rapidamente regularizado o fluxo financeiro junto aos governos credores, reduzindo-se substancialmente o deságio incidente sobre os títulos brasileiros.

O objetivo do ministro da Fazenda, segundo informam fontes qualificadas da área econômica, é retornar dos Estados Unidos com o desenho do acordo praticamente aprovado pelos bancos, ainda que seja necessário pedir a colaboração do Departamento do Tesouro. Mailson deseja que até o fim de março, quando forem oficialmente abertas as negociações com o Fundo Monetário Internacional, o acordo com os bancos esteja definido.